

III. Ante todo o exposto:

a-) esta Presidência mantém o entendimento expresso na conclusão da resposta proferida na Quadragésima Segunda (42ª) Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, à questão de ordem formulada pelo nobre Deputado CARLÃO PIGNATARI na Octogésima Quinta (85ª) Sessão Extraordinária daquela mesma sessão legislativa, no sentido de que: “(i) o cumprimento do dever imposto aos Secretários de Estado e às demais autoridades mencionadas no artigo 52-A da Constituição Paulista, nos casos em que as atribuições da Pasta (ou órgão/entidade) se correlacionem, no campo temático, com as áreas de competência de mais de uma Comissão Permanente, não implica, para aquelas autoridades, o dever de comparecer, para esse fim, em reunião de cada qual das Comissões; (ii) em tais casos, cabe, por aplicação analógica das disposições do artigo 70 do Regimento Interno, definir a Comissão com cujo campo temático se correlacionem, de forma precipua, as atribuições da Secretaria (ou órgão/entidade), competindo à Comissão assim identificada receber e ouvir a autoridade, para os fins previstos no artigo 52-A da Constituição Estadual; e (iii) verificando-se, porém, que as atribuições de determinada Secretaria/órgão/entidade se conectem tão nuclearmente com as áreas de competência de mais de uma Comissão Permanente, a ponto de impossibilitar que em uma única delas (Comissões) se identifique o correspondente ‘objeto principal’, é de se aplicar, também por analogia, a norma regimental que possibilita a realização de reuniões conjuntas (artigo 68)”;

b-) dentro dessas balizas, e consideradas as atribuições atualmente conferidas às Secretarias de Estado (e aos outros órgãos e entidades mencionados no artigo 52-A da Constituição Paulista), e os campos de competência delimitados nos §§ 1º a 21 do artigo 31 do Regimento Interno para cada qual das Comissões Permanentes em funcionamento na Assembleia Legislativa, esta Presidência estabelece, na forma especificada no quadro constante da parte II da presente resposta, a correspondência entre as autoridades titulares das diferentes Pastas, órgãos e entidades, e as Comissões que devem proceder à sua oitiva, nos termos do referido artigo.

São estas as considerações que à Presidência cabia fazer, em resposta à questão de ordem formulada na Quadragésima Sessão Ordinária, realizada em 16 de maio de 2023, pelo nobre Deputado JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR, Líder do Governo.

Palácio 9 de Julho, em ____ de junho de 2023.

ANDRÉ DO PRADO
Presidente

7 DE JUNHO DE 2023 56ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a ordem.
Dá conhecimento de resposta às questões de ordem formuladas pelos deputados Carlos Giannazi e Monica Seixas do Movimento Pretas, na 55ª Sessão Ordinária, em 06/06.

2 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Rebate o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.

4 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - REIS

Assume a Presidência.

8 - DIRCEU DALBEN

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE REIS

Endossa o pronunciamento do deputado Dirceu Dalben.

10 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - LETÍCIA AGUIAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - PRESIDENTE REIS

Cumprimenta autoridades do Município de Luziânia, presentes em plenário.

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - PRESIDENTE REIS

Tece comentários sobre os níveis de criminalidade e violência no país.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - EDUARDO SUPLYCY

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

18 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

19 - CONTE LOPES

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

20 - CONTE LOPES

Solicita o levantamento da sessão, por Lei de liderança.

21 - PRESIDENTE REIS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 12/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Vamos iniciar o nosso Pequeno Expediente. Antes, porém, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ontem, na sessão ordinária, na Ordem do Dia, a nobre deputada Monica Seixas fez um questionamento, que eu vou responder agora.

No momento em que o deputado Carlos Giannazi pediu uma questão de ordem, nós aqui solicitamos que ele dissesse para nós o artigo da qual elealaria sobre a questão de ordem. A nobre deputada Monica, então, disse qual seria o artigo que diz que o deputado teria que falar o artigo para pedir uma questão de ordem, coisa que eu passo a fazer a partir de agora.

Art. 261 - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições que se pretendem elucidar.

§ 1º - Se a deputada ou o deputado não indicar, inicialmente, as disposições em que se assenta a questão de ordem, a Presidência não permitirá a sua continuação na tribuna e determinará a exclusão da Ata e do “Diário da Assembleia” as palavras pronunciadas.

Então está aqui, é bem claro o Art. 261, que diz que quando o deputado ou a deputada pede uma questão de ordem, antes de formular a questão de ordem, ela tem que dizer o dispositivo do artigo pelo qual deseja fazer a questão de ordem.

O nobre deputado Carlos Giannazi, que está aqui, na minha frente, com todo respeito, sei da sua qualidade, da sua vontade também, do seu trabalho aqui, nesta Assembleia, quando ele disse o dispositivo do artigo, ele falou 280, que o 280 fala sobre tumulto na galeria, tumulto na Assembleia. Então, deputado, respondendo à nobre deputada Monica Seixas, vamos lá, de novo.

Artigo 261. “As questões de ordem devem ser formuladas com clareza, e com indicação precisa das disposições que se pretendem elucidar.

Parágrafo 1º. Se a deputada ou deputado não indicar inicialmente as disposições em que se assentam a questão de ordem, o presidente não permitirá a sua continuação.”

É só isso. Só para deixar claro, para a deputada Monica Seixas, que nós não estávamos fugindo do regimento.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação, para fazer um breve comentário sobre essa explicação, que V. Exa. deu.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Claro!

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sobre essa questão de ordem, que nós levantamos ontem. Com todo o respeito a V. Exa., eu quero repudiar veementemente essa posição que V. Exa. está assumindo, essa visão extremamente estreita e positivista do Regimento Interno.

Lembrando que nunca, na história do Parlamento paulista, nenhum presidente está se comportando como Vossa Excelência. A nossa sorte é que ele não é o presidente da Assembleia Legislativa. Porque seria um absurdo. Então eu quero repudiar. Respeito a vossa posição, V. Exa. tentando ajudar o governo a votar aquele projeto das custas judiciais, que iria penalizar a população.

Usou desse artifício, sendo mais realista do que o rei. Mas, olha, nunca, nenhum, que me lembro, desde 2007, que fui eleito... Vossa Excelência inclusive, também. Nenhum presidente da Assembleia Legislativa usou desse tipo de artifício regimental para ajudar o governo a aprovar um projeto contra o povo do estado de São Paulo.

Então V. Exa. tem o direito, está na Presidência agora, mas não é o presidente da Assembleia Legislativa. O presidente da Assembleia Legislativa, se eu não me engano, é o André do Prado. Não é isso, deputado Reis? Mas, enquanto V. Exa. estiver ocupando, infelizmente tomou essa posição.

Espero que V. Exa. respeite todos os artigos do Regimento, e não só esse. Mas nunca houve a exigência de que um deputado ou uma deputada, ao pedir uma questão de ordem, tivesse que citar um artigo. Essa é uma visão extremamente, na minha opinião, estreita, o que a gente chama “positivista”, da lei.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Carlos Giannazi, antes de chamar o primeiro deputado inscrito, só para deixar claro para o senhor. Talvez o senhor, com todo o respeito, talvez a memória do senhor não está tão boa.

Porque, desde que estou aqui, todos os presidentes, em algum momento, em questão de ordem, solicitaram sim a indicação do artigo. Todos, e eu posso provar isso para você.

Então eu vou compreender que, V. Exa., talvez, a memória não esteja tão boa. O senhor está muito preocupado, realmente, em atacar o governo. A memória está um pouquinho fraca.

Nós chegamos juntos nesta Casa. Todos os presidentes sempre pediram, em algum momento, que o deputado, em uma questão de ordem, falasse o artigo referido. Só para deixar claro.

Primeiro deputado inscrito no Pequeno Expediente, deputado Thomé Abduch. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Para falar no Pequeno Expediente, tem V. Exa. cinco minutos regimentais.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, vou trazer aqui um debate importante. No começo dessa semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou a medida provisória do setor automotivo. É um debate que já vinha acontecendo há algumas semanas. Mas no dia 5 agora foi apresentada a MP do setor automotivo.

Eu queria que colocasse uma transparência para mostrar um pouco do que é essa medida provisória. Na verdade, é um programa temporário de redução de preços de automóveis e de incentivos à renovação da frota de caminhões e ônibus com mais de 20 anos de uso.

No caso, tanto do ônibus como dos caminhões, e dos carros, a ideia é que você tenha um desconto direto, o trabalhador, já na aquisição do automóvel, ou dos ônibus, ou do caminhão, já na própria concessionária. O programa foi constituído a partir do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, combinado também com o Ministério da Fazenda.

Inicialmente, nobre deputado Reis, nós estamos falando de um investimento para esse setor, que é muito importante, que gera muitos empregos na cadeia produtiva, gerando muitos empregos no estado de São Paulo; em torno de 1,5 bilhão de recursos, sendo 500 milhões para os automóveis de passeio e um bilhão entre os ônibus e caminhões. E a ideia dos caminhões e dos ônibus é você trocar uma frota que tenha mais de 20 anos de uso Brasil afora.

A ideia dessa medida provisória, primeiro, é aquecer o mercado automotivo, gerar empregos diretos e indiretos. Os carros que têm uma eficiência energética maior vão ter um percentual de desconto maior. Porque a ideia do presidente Lula, primeiro, é dialogar com a cadeia... Hoje, quando a gente fala dos carros, trabalhar com a descarbonização e potencializar tecnologicamente matrizes sustentáveis, como o etanol; pensar mecanismos de carros elétricos e também de carros híbridos.

E no caso dos caminhões, como eu falei, a ideia é que os ônibus e caminhões venham a poluir 98% menos do que poluem hoje no nosso país. Quando a gente pensa na proposta apresentada, nós estamos falando que o desconto será direto ao consumidor e vai variar, para os carros, de dois a oito mil reais.

No caso dos caminhões, de 33,6 mil a 99,4 mil reais. Quanto a esses valores, é importante frisar que, no caso dos automóveis, nós estamos falando de carros até 120 mil reais. Isso representa em torno de 45% dos carros que circulam no nosso país ou que estão nas vendas; atingiria 45% dos carros que atualmente estão sendo vendidos.

Mas a ideia é que, com essa política, a gente possa efetivamente diminuir também os valores médios dos carros que hoje estão sendo vendidos pelas concessionárias. Então, quais vão ser os parâmetros? A questão do limite de 120 mil reais...

A ideia é gerar mais empregos e você fazer um processo da diminuição, hoje, dos carros populares, que praticamente desapareceram das concessionárias Brasil afora. Vai gerar emprego, vai criar eficiência energética. E também a ideia é ir diminuindo o preço a cada dia.

Inicialmente, essa medida provisória vale por 15 dias, mas a ideia é que seja prorrogada por 60 dias ao longo do próximo período. Em relação aos caminhões e ônibus, o que é importante frisar aqui? Como eu já tinha dito, a ideia é pegar os ônibus e caminhões com mais de 20 anos.

Podem ser adquiridos tanto modelos leves, semileves, médios, semipesados e pesados; e ônibus urbanos e rodoviários. Para participar desse programa, a pessoa ou empresa interessada terá que entregar para a sucata um caminhão ou ônibus com mais de 20 anos.

A expectativa é de que cerca de 15 mil veículos nessa faixa de idade sejam retirados das ruas. A entrega dos veículos, tanto os velhos quanto as sucatas, deverá trazer ganhos adicionais

para a indústria, entre eles a queda de preços da matéria-prima usada para as fundições.

Como no caso dos carros, aqui também haverá um período exclusivo de vendas com desconto para pessoas físicas, limitado também a duas semanas, podendo ser prorrogado até 60 dias.

Então, é uma medida importante que foi anunciada pelo presidente Lula no início desta semana, na segunda-feira. Com isso, vai voltar a aquecer a indústria automobilística no nosso país, gerando mais empregos, potencializando a industrialização, mas principalmente dialogando com o Meio Ambiente do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela oportunidade, Sr. Presidente. Não está aparecendo aqui o cronômetro.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sim, nós já estamos providenciando a resolução do problema, deputado.

Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Vinícius Camarinha. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Atíla Jacomussi. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Quero cumprimentar todos os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Bom, Srs. Deputados, eu fico muito feliz de hoje, nesta quarta-feira, V. Exas. estarem aqui presentes. Eu fico muito triste quando vejo esta Casa vazia. É muito importante que os deputados possam estar aqui debatendo as questões da nossa população. Seria muito importante que, pelo menos uma vez a cada 15 dias, nós pudessemos votar os projetos, que já são centenas.

Esta Legislatura é uma das que mais está produzindo projetos para a nossa população, mas nós temos que votá-los. Mesmo que seja para que o governador vete, nós temos que demonstrar o nosso papel, o nosso trabalho e o nosso compromisso com aqueles que foram às urnas e nos escolheram.

Eu tenho vários assuntos para tratar, mas um assunto que está me chamando a atenção é que o governador Tarcísio de Freitas quer vender mais de 36 mil imóveis do Estado.

Espero que seja venda, viu, deputado Marcolino, porque tem muitas coisas aí que estão sendo doadas, não é? Com isso, ele quer arrecadar 320 milhões. Pretende-se, com a venda desses imóveis, arrecadar 320 milhões de reais.

Pretende o governador mudar a sede do Palácio dos Bandeirantes para a região dos Campos Elíseos, onde, já no passado, era o Palácio do Governo, e levar um investimento para a região central de mais de 500 milhões.

Eu fiz uma indicação na data de hoje, presidente Gilmaci. Eu fiz uma indicação ao Sr. Governador para que ele, em vez de vender, o Palácio dos Bandeirantes, que já faz parte da história de São Paulo, institua ali um campus da Universidade de São Paulo.

Diante da intenção demonstrada pelo governador de transferir a sede do Governo do Estado para a região central, conforme amplamente está sendo divulgado, inclusive na sua campanha eleitoral, eu quero dizer que o Palácio dos Bandeirantes, o histórico Palácio dos Bandeirantes foi construído para outra finalidade. Ele não foi construído para ser palácio.

No início da década de 50, o conde Francisco Matarazzo Júnior, que inclusive é parente muito próximo do nosso sempre senador, vereador, deputado estadual Suplicy, Eduardo Matarazzo Suplicy...

Olhem que tem o mesmo nome do Francisco Matarazzo. Então o conde Francisco Matarazzo construiu... (Voz fora do microfone.) Olhem só, o governador Tarcísio está sendo beneficiário de um empreendimento a que a família do Suplicy é que deu início na região do Morumbi.

Ele construiu o edifício para abrigar uma universidade de economia e administração de empresas. Criou-se, assim, A Fundação Conde Francisco Matarazzo. A obra, todavia, não foi completada porque no meio do caminho, em razão de problemas financeiros, interrompeu-se a construção, até que, em 1964, o imóvel foi desapropriado pelo Governo do Estado de São Paulo. O governador da época, Ademar de Barros, decidiu transferir a sede do governo para o palácio ainda em construção, que posteriormente recebeu a denominação de Bandeirantes.

Assim, considerando que a obra originalmente tinha o objetivo de figurar como o campus de uma universidade, com a saída da administração pública direta daquele local, nada mais coerente do que o imóvel ser posto à disposição da Educação paulista.

Por isso, indica-se que o Palácio dos Bandeirantes deixe de figurar como a sede do governo paulista e seja transformado em um campus da nossa querida Universidade de São Paulo, a USP, com vistas a proporcionar um novo ambiente acadêmico para os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Então, eu acho que não é bom ficar dilapidando o Patrimônio público, aquilo que já foi pago, que foi construído com muito sofrimento do povo paulista.

E dar, já que o governador quer mudar para o centro, eu acho legal, eu acho que o governador não precisa de Palácio. Basta um escritório governamental. Nós já estamos muito, assim, avançados no tempo para ainda viver em torno de palácios, e olha que aquele Palácio, só de policiais militares lá, Suplicy, são 558, porque eu pedi, via Lei de Informação.

Quinhentos e cinquenta e oito policiais militares para tomar conta do Palácio dos Bandeirantes. Então, que ali seja, sim, um campus da Universidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Reis. Com a palavra deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos nobres deputados que nos acompanham, aos funcionários desta Casa e também a todos que nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu queria pedir, Sr. Presidente, começar transmitindo um vídeo. Faço um alerta de que é um vídeo bastante pesado, que eu não gostaria de transmitir aqui neste plenário, mas é de extrema importância.

- É exibido o vídeo.

Pode tirar, Machado. É suficiente. Bom, eu queria lamentar profundamente esse episódio. Esse episódio aconteceu na noite de domingo para segunda-feira. Foi um episódio que aconteceu na UPA da Vila Mariana, por uma pessoa em situação de rua.

Esse vídeo, por si só, já seria escandaloso, porque isso não pode acontecer com uma pessoa que cometa nenhum tipo de delito, mas especialmente esse caso me chama a atenção por que essa pessoa que foi torturada pelas forças policiais nesse domingo, que estava amarrada, como vocês puderam ver no vídeo, nas mãos e nos pés por uma corda, e carregado na UPA da Vila Mariana até uma viatura de Polícia, essa pessoa, com outras duas, foram presas em flagrante, enquanto supostamente elas tentavam assaltar um mercado, vejamos só, pra furtar comida, em um domingo à noite, e esse foi o atendimento que essa pessoa teve.

Esse tipo de tratamento por parte das forças policiais é um tratamento que, infelizmente, nos remete a uma das épocas, a

um dos períodos mais nefastos da história do Brasil, que foi a escravidão.

Não tem nada na minha cabeça que me faça crer que essa abolição da escravidão é uma abolição que tem alguma validade plena, enquanto pessoas negras, seja em situação de rua, seja sem situação de rua, sejam tratadas dessa forma.

Amarradas com corda nas mãos e nos pés e arrastadas dentro de uma UPA que, vejamos só, é um equipamento público, ainda mais quando acusadas por furto conhecido como furto famélico, furto de comida, muitas vezes, inclusive, ignorado pelo Supremo Tribunal de Justiça, por ser uma condição de existência, uma condição existencial.

Eu tive um pouco de alegria hoje quando eu acordei e, diante da repercussão desse vídeo, eu vi um anúncio na imprensa, que eu espero que seja verdade, de que a Secretaria de Segurança Pública afastou esses policiais responsáveis por esse crime, que é o nome, crime de tortura.

Mas quero dizer que o nosso mandato encaminhou hoje um requerimento de informação à Secretaria de Segurança Pública e ao governador do Estado, perguntando: quais crimes foram registrados nessa ocorrência; se, de fato, esse foi um furto famélico, e o que justifica, então, que, diante de um furto famélico, algo desse tipo tenha acontecido, pessoas acusadas de furtar comida tenham esse tipo de tratamento por parte da Polícia Militar; por que o homem vítima dessa violência foi encaminhado à UPA Vila Mariana; se o procedimento operacional da Polícia Militar, o POP, prevê que pessoas sejam amarradas nas mãos e nos pés, de forma comum, durante uma abordagem policial; se é comum a utilização de cordas, ou de outros instrumentos semelhantes, para a imobilização de pessoas durante abordagens policiais; o nome dos agentes públicos responsáveis.

Eu quero lembrar que ontem, durante a sessão extraordinária, um deputado achou de bom tom expor uma foto de uma pessoa acusada de um crime e lá constava nome completo, endereço, CPF, RG, telefone, todos os dados pessoais e privados de uma pessoa acusada de um crime.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

Então nós também queremos saber o nome dos agentes públicos responsáveis por isso, o envio da imagem das câmeras de segurança, as “body cam” utilizadas pelos policiais militares, e o encaminhamento dessas imagens para a ouvidoria das polícias, para o núcleo de direitos humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, para o Ministério Público do Estado de São Paulo, e que seja aberto um procedimento na corregedoria da Polícia Militar para apuração desses fatos.

É fundamental a discussão, e eu encerro com isso, fazendo um coro e um pedido aos deputados da Segurança Pública desta Casa para que nós tenhamos também a responsabilidade de discutir as abordagens policiais aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

A gente sempre consegue reunir forças para discutir aumento salarial dos policiais, e que bom que a gente consegue reunir forças, a gente consegue reunir forças para falar sobre a importância do aumento de direitos dos agentes da Segurança Pública, mas eu também acho que é nossa responsabilidade, de todos os parlamentares, inclusive daqueles parlamentares da Segurança Pública, que nós nos dediquemos aqui a discutir as abordagens policiais, o procedimento dessas abordagens e, inclusive, que nós possamos somar força para reunir informações necessárias, inclusive para a punição dos agentes que cometem condutas que não são condizentes com seus cargos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - Sr. Presidente, uma breve comunicação enquanto o orador se dirige.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental, tem V. Exa. dois minutos para uma comunicação.

O SR. DIRCEU DALBEN - CIDADANIA - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, nobres colegas, deputadas, deputados, uso esse espaço da comunicação para registrar aqui, parabenizar o nosso presidente da Casa, deputado André do Prado, pelo seu aniversário.

Um jovem político, respeitado por todos e aqui ocupando a Presidência da Mesa Diretora, a Presidência da Casa. Quero aqui desejar a ele felicidades, muitos anos de vida e que Deus continue abençoando a sua vida, a sua vida profissional, a sua vida enquanto homem público, a sua vida pessoal, a sua família com muitos anos de vida e felicidade.

Que Deus o abençoe sempre.

É isso por ora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, então parabéns ao presidente André do Prado. Deputado Suplicy, tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Gostaria de cumprimentar o presidente pelo seu aniversário e desejar que possa conduzir muito bem os trabalhos da nossa Assembleia Legislativa de São Paulo.

Hoje, em todo o Brasil, ocorrem atos contra o marco temporal, que pode ter seu julgamento retomado nesta tarde. Aqui em São Paulo, nas escadarias do teatro municipal, inúmeras lideranças indígenas, ativistas, organizações e artistas como Zélia Duncan e Daniela Mercury marcaram posição contra essa tese do marco temporal e as demarcações das terras indígenas.

Esse marco temporal estabelece que os povos só têm direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse até cinco de outubro de 88, data de promulgação da Constituição, ou que naquela data estivessem sob disputa física ou judicial comprovada.

As terras indígenas demarcadas e as unidades de conservação são as regiões com maior preservação dos biomas brasileiros, consequentemente, de nossa rica biodiversidade, os povos indígenas são os principais guardiões. É a saúde do nosso País e de nosso planeta que está em jogo.

É importantíssimo debatermos essa questão e aqui darmos visibilidade para essa agenda fundamental, especialmente nessa semana mundial do meio ambiente. Neste domingo estive na cerimônia (Inaudível.) indígenas Guaraní, Jaraguá, inclusive com a deputada Paula, com a deputada Monica.

Um ato religioso contra o marco temporal, esse ato de domingo aconteceu pois em tentativa de manifestação anterior, no dia 30, os indígenas foram violentamente reprimidos. Os guaranis têm o direito de se manifestar e de defender seus direitos. Precisamos fortalecer essa luta contra a tese do marco temporal e torço para que o bom senso prevaleça na votação dos ministros e ministras do Supremo Tribunal.

Mas quero, Sr. Presidente, saudar uma das mais belas festas de matrimônio, de casamento, a que já assisti: ontem à noite, no Teatro Oficina, quando José Celso Martinez Corrêa celebrou o seu casamento com Marcelo Drummond, um dos principais atores do Teatro Oficina.

Aconteceu que a Justiça de São Paulo proibiu o dramaturgo Zé Celso de plantar uma árvore no terreno ao lado do Teatro Oficina, na região central de São Paulo. A decisão, em caráter liminar, atendeu a um pedido do Grupo Silvío Santos, que é proprietário da área ao lado. Zé Celso recebeu a intimação judicial nesta terça-feira, dia do seu casamento com Marcelo Drummond.

Justamente, desde 1980, a área no entorno do teatro tem sido objeto de uma disputa entre Silvío Santos e a empresa da qual é sócio, imobiliária, porque eles gostariam de construir ali um empreendimento imobiliário de três torres de até cem metros de altura. Muito